



ACÓRDÃO Nº822/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11382/2017.

Apensos: Processo nº 10732/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretária de Estado da Segurança Pública – SSP.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Carlos Alberto Alencar de Andrade (Ordenador de Despesa), Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes (Presidente).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAD-AM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3217/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, referente ao exercício de 2016 (U.G: 22101), de responsabilidade do Senhor **Carlos Alberto Alencar de Andrade**, Secretário Executivo de Estado de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP, referente ao exercício de 2016 (U.G: 22101), de responsabilidade do Senhor **Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes**, Secretário de Estado de Segurança Pública, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.



ACÓRDÃO Nº822/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar quitação ao Senhor **Carlos Alberto Alencar de Andrade**, Secretário Executivo de Estado de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.4. Dar quitação ao Senhor **Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes**, Secretário de Estado de Segurança Pública, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.5. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.5.1. Ausência do Relatório e Certificado de Auditoria com o parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno, conforme exigência contida no Inciso III, do art. 10 da Lei Estadual nº 2.423/1996 (Lei Orgânica do TCE-AM) c/c o art. 77, do Decreto Estadual nº 7682 de 29 de dezembro de 1983.

10.5.2. Ausência de demonstração de consulta ao Gerenciador da Ata de Registro de Preços que se pretende aderir, informando os quantitativos pretendidos, para fins de verificação da possibilidade de adesão e da indicação e consulta ao fornecedor, vide art. 8º, caput e §1º, Decreto 3.931/2001.

10.5.3. Assinatura de ajuste, empenhando apenas os meses de abril, maio e junho, sem menção da fonte de recursos dos demais meses constantes no exercício financeiro.

10.5.4. Entrega dos veículos não ocorrida no prazo 24 horas, conforme dispunha o projeto básico e termo de contrato (cláusula terceira, parágrafo primeiro).

10.5.5. Ausência de justificativa acerca do valor fixado no lote de credenciamento para a contratação em tela, com o fito de comprovar a observância do princípio da economicidade no ajuste.

10.5.6. Indenizações sem cobertura contratual de locação de veículos; de contratação de serviço de locação de impressora e impressão de documentos; de locação de equipamentos e materiais reprográficos para impressão: papel toner, software; de locação de imóvel para servir de sede ao IESP; de pagamento de bolsa-estágio



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº822/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

para estudantes da SSP/AM; de contratação de serviço de comunicação de dados de fibra óptica com remanejamento de câmeras para a realização do 51º Festival Folclórico de Parintins; e de locação, em caráter emergencial, de veículos, 0 km, para atender as necessidades da SSP.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral